

O ECOTURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: UM INSTRUMENTO PARA A COMPETITIVIDADE

Artemísia dos Santos Soares¹
Queila Pahim da Silva²

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre a prática do ecoturismo em áreas naturais protegidas para o fomento da competitividade na atividade turística. Nessa perspectiva, coloca-se em relevância a importância de gerar competitividade através das vantagens comparativas existentes no destino. Salientando, para isso, que a sustentabilidade não anula a existência de competitividade e vice-versa. Para tanto, o estudo fundamenta-se em autores que tratam acerca da problemática, visando uma análise reflexiva e argumentativa sob a ótica de diversas disciplinas como geografia, turismo, administração e biologia. Portanto, enfatiza-se o ecoturismo em áreas naturais protegidas como promotor de desenvolvimento em sua totalidade, ou seja, nas dimensões econômica, ambiental, social e cultural. Premissas, estas, que na contemporaneidade se evidenciam fundantes para o alcance da competitividade global.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Competitividade; Sustentabilidade.

¹ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1052024626478722>. E-mail: artemisiasoares@yahoo.com.br

² Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2641206327374809>. E-mail: qpahim@yahoo.com.br

ECOTOURISM IN PROTECTED NATURAL AREAS: AN INSTRUMENT TO COMPETITIVENESS

ABSTRACT

This article proposes a theoretical-conceptual reflection about ecotourism practice in protected natural areas in order to promote competitiveness in tourism. In this perspective, it's pointed the relevance in the importance of creating competitiveness through the existing comparative advantages in the destination. It's stressed, for this, that sustainability does not preclude the existence of competitiveness and vice versa. The study is based on authors dealing with the problem, seeking a reflective and argumentative analysis from the perspective of various disciplines such as geography, tourism, administration and biology. Thus, emphasis is placed on ecotourism in protected natural areas as a promoter of development in its entirety, ie, in the economic, environmental, social and cultural dimensions, premises which are in evidence in contemporary, being fundamental to achieve global competitiveness.

KEYWORDS: Ecotourism; Competitiveness; Sustainability.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre a prática do ecoturismo em áreas naturais protegidas para o fomento da competitividade na atividade turística. Nessa perspectiva, coloca-se em relevância a importância de gerar competitividade através das vantagens comparativas existentes no destino. Salientando, para isso, que a sustentabilidade não anula a existência de competitividade e vice-versa. Para tanto, o estudo fundamenta-se em autores que versam acerca da problemática visando uma análise reflexiva e argumentativa.

O ecoturismo em áreas naturais protegidas, em princípio, é uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que coopera para a conservação da biodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades autóctones (LINDBERG; HAWKINS, 1995). Tendo em vista este conceito, por vezes acredita-se que este segmento do turismo mostra-se impraticável ou inviável economicamente no atual mundo globalizado e competitivo, levando-se em conta a sociedade de consumo na qual está inserido (GUIMARÃES, 1992).

Objetivando ponderar acerca das atuais tendências e demandas do mercado turístico, os estudiosos citados neste trabalho se mostram defensores da prática do ecoturismo em áreas naturais protegidas como instrumento propulsor da atividade, resultando disto, a aplicação eficaz do conceito de sustentabilidade que se mostra intrínseco aos princípios do ecoturismo, ao mesmo tempo em que corrobora para a competitividade do destino nos quais as áreas naturais se inserem.

Na atualidade, a competitividade tornou-se o meio para alcançar a prosperidade nacional (NEWALL, 1992 citado por RITCHIE; CROUCH, 1999). Assim, sob condições livres e justas do mercado, busca-se oferecer produtos e serviços nos mercados internacionais, e simultaneamente manter e expandir as rendas reais de seus povos em longo prazo (*The World Competitiveness Report*, 1994, citado por RITCHIE; CROUCH, 1999).

Deste modo, os governos reconhecem cada vez mais a importância econômica do turismo, impondo, por vezes, que os negócios relativos ao turismo sejam rentáveis em curto prazo, em detrimento de um planejamento que vise o desenvolvimento sustentável

em longo prazo. Todavia, àqueles atores diretamente impactados pela atividade turística, como grande parte da população autóctone e os novos consumidores do turismo³, têm verificado continuamente os procedimentos executados visando o desenvolvimento do turismo. Assim, buscam assegurar-se de que os impactos ambientais e sociais sejam aceitáveis e, desse modo, tornando-se seletivos e exigentes quanto ao destino que pretendem visitar.

A guisa desta realidade, as mudanças mencionadas anteriormente nas percepções públicas do turismo como um setor principal da economia, levaram a atividade ao centro das atenções globais. Por isso, o turismo tem sido elevado à condição de instrumento para o alcance da competitividade, sobretudo demonstrando eficiência econômica, respeito ao meio ambiente e relevância para o bem-estar da sociedade, i.e., competitividade sustentável (PORTER, 1995).

Partindo dessa premissa, é lícito questionar: pode o ecoturismo, esta nova modalidade que surge dentro de uma atividade dinâmica e globalizada, ser instrumento de competitividade equilibrado ao conceito de sustentabilidade? Fundamentando-se nesse questionamento pretende-se enfatizar a prática do ecoturismo em áreas naturais protegidas como promotora de desenvolvimento em sua totalidade, ou seja, nas dimensões econômica, ambiental, social e cultural. Princípios, estes, que na contemporaneidade se evidenciam fundantes para o alcance da competitividade global. Afinal, “um meio ambiente adequado implica bons negócios, satisfação das demandas do cliente, une os esforços e melhora a imagem da indústria, além de garantir a qualidade do produto” (FENNELL, 2002, p.243).

REVISÃO TEÓRICA

Sustentabilidade: da vantagem comparativa à competitividade global

Inicialmente, a competitividade parece ser um conceito simples. De acordo com o dicionário conciso da Oxford, competir é esforçar-se para atingir a superioridade em uma determinada característica. Ao fazer uma análise histórica da competitividade, Thurow citado por Mendonça Jr. (2004), afirma que pessoas, empresas e países, anteriormente,

³ Turistas com consciência socioambiental.

eram considerados ricos se possuíssem recursos naturais abundantes, nascessem ricos e aproveitassem a vantagem de possuir mais capital por pessoa, empregassem tecnologias de ponta, ou possuíssem mais habilidades que seus competidores. Promover uma combinação desses quatro fatores com razoável gerenciamento seria a chave do sucesso.

Já, Scott e Lodge (citado por RITCHIE; CROUCH, 1999) conceituam a competitividade nacional como a habilidade de um país de criar, produzir, distribuir, e/ou prestar serviços de manutenção a produtos no comércio internacional ao obter retorno com acréscimos consideráveis através de seus recursos. Sendo assim, apontam que esta habilidade tem se tornado cada vez mais uma abordagem estratégica, e cada vez menos um produto de recursos herdados. Pensamento também defendido por Newall (citado por RITCHIE; CROUCH, 1999), quando este afirma que a competitividade mostra-se como uma produção com qualidade elevada dos produtos e serviços visando introduzi-los no mercado de consumidores internos e no exterior com sucesso, se mostrando, portanto, como estratégia mercadológica.

Partindo desse pressuposto, na atualidade foi definido o conceito mais amplamente aceito e difundido de competitividade, como sendo o grau a que um país pode, sob condições livres e justas do mercado, oferecer produtos e serviços nos mercados internacionais, e simultaneamente manter e expandir as rendas reais de seus povos em longo prazo (*The World Competitiveness Report*, 1994, citado por RITCHIE; CROUCH, 1999).

Todavia, à medida que ocorre a expansão dos mercados em função da globalização, as ações de cunho econômico têm sido utilizadas como mecanismos destinados a aumentar o consumo, independentemente da sociedade a que pertença e/ou influencie. Pode-se exemplificar este quadro através do próprio conceito de desenvolvimento, que se transforma em sinônimo de crescimento econômico e reduz sociedades diversificadas e historicamente ricas ao rótulo de subdesenvolvidas.

Desta maneira, a ciência econômica desenvolveu ao longo dos anos, diversas formas de análise relacionada ao ambiente natural. Um delas, a economia de recursos naturais, análise bastante difundida nas décadas de 60 e 70, teve sua ênfase na utilização dos recursos naturais. Seu grande objetivo era alcançar o uso ótimo dos recursos

renováveis e não renováveis (o que freqüentemente significava apenas maior retorno financeiro com menor custo). Percebeu-se, porém, que mesmo sob esta forma de uso, não se evitava a degradação ambiental, podendo levar os recursos naturais à completa exaustão ou extinção.

Tal abordagem, feita por Lindberg e Hawkins (1995), comporta ainda que, a economia ambiental alcançou um grande desenvolvimento na década de 80 e teve a sua ênfase largamente voltada à questão da poluição. Sob esta ótica, a poluição é percebida como uma externalidade do processo de produção e consumo, ou seja, uma falha dos mecanismos de mercado, que pode ser tratada pelos vários meios de internalização de custos ambientais nos preços dos produtos.

Estas duas formas da análise visavam, então, a introdução das questões relacionadas ao ambiente natural nas estruturas e modelos de análise econômica. Incluem-se aí as análises de custo-benefício, em que custos e benefícios são considerados através do tempo, facilitando comparações e auxiliando as tomadas de decisões em relação a qual ou a quais usos seriam mais interessantes do ponto de vista econômico. Tanto as economias de recursos naturais, quanto a economia ambiental se mostraram insuficientes para produzir ampla introdução do ambiente natural na análise econômica, dado que não discutem uma escala adequada das atividades econômicas em relação aos ecossistemas e, em última análise, em relação à própria biosfera (SHRIVASTAVA; STUART, 1998).

Apesar dos malogros de tais teorias, busca-se, ainda, o aumento da renda nacional por intermédio do crescimento econômico, pressupondo que este trará avanço do bem-estar social e se tornando indicador de sucesso econômico. No entanto, estas ações colaboraram de forma substancial para o desgaste dos recursos de muitos países.

Em regra geral, aponta Schmidheiny (1992), trata-se da carência de recursos naturais, meios financeiros ou talentos humanos que acarretam os principais obstáculos ao desenvolvimento econômico almejado. Isto é, são as políticas e os padrões de alocações de recursos que determinam o desenvolvimento e o crescimento econômico. Assim, o crescimento econômico representa uma condição necessária, mas não suficiente para o alcance da igualdade social e do desenvolvimento sustentável.

Logo, a maioria dos países subdesenvolvidos tende a procurar o crescimento econômico pela identificação e exploração de muitos recursos naturais como fatores de insumo de custo zero. Essa abordagem impõe um imenso ônus ao meio ambiente e viabiliza a geração de enormes custos ambientais que um dia terão de ser pagos. Essa percepção contempla, ainda, que a busca de novos rumos sustenta-se fundamentalmente em iniciativas e decisões locais, apoiadas na cooperação dos países industrializados e subdesenvolvidos em busca do aprender sistematicamente. Tendo isso em vista, Schmidheiny (1992) salienta que cada país tem suas próprias pré-condições e necessidades, seu próprio caminho de desenvolvimento. Entretanto, certos princípios oferecem a todos os países uma orientação para o futuro.

Para Shrivastava e Stuart (1998), o crescimento econômico deve ocorrer dentro dos limites físicos dos ecossistemas. Isso demonstra a necessidade de mudanças estruturais e paradigmáticas nas economias industriais. Essas mudanças devem concentrar esforços no uso mais eficiente de energia e recursos, em processos de produção não-poluentes, na redução de resíduos e emissões e no gerenciamento de riscos tecnológicos.

Alinhado a este pensamento, Sachs (1986) afirma que a gestão voltada para a preservação e uso racional dos recursos gera mão-de-obra e empregos autofinanciados pelas estratégias inovadoras realizadas na utilização dos recursos. Este é um campo ainda inexplorado de oportunidades de empregos, onde considerações sociais, econômicas e ambientais seguem juntas, e que oferece um ponto de partida conveniente para o planejamento de estratégias de ecodesenvolvimento.

A necessidade de um desenvolvimento econômico sustentável incide no tripé crescimento econômico, equidade social e harmonia ambiental. Para atingir o desenvolvimento econômico, portanto, a questão ambiental torna-se prioritária e desta depende não somente a qualidade de vida, mas a vida humana em si mesma.

A responsabilidade da iniciativa efetiva por uma gestão sustentável compete aos decisórios políticos, os quais viabilizam um efeito multiplicador em suas ações, envolvendo uma gama variada de organizações, grupos não governamentais e a comunidade como um todo, inclusive incidindo diretamente sobre a atividade turística.

Quanto à atividade turística, levando-se em conta a explanação ora apresentada, mostra-se conveniente afirmar que os serviços inerentes ao setor de viagens e turismo são "plenamente comerciáveis internacionalmente, no sentido em que os fornecedores de qualquer país poderiam competir nesses mercados totalmente liberalizados em um ambiente institucional" (GONÇALVES, 2004, p.61).

Como o turista é obrigado a viajar para um destino a fim de receber a experiência (serviço), as condições dos atrativos são determinantes como fatores de atratividade. É lícito supor, portanto, que a teoria da vantagem comparativa, que reconhece a variabilidade e quantidade dos fatores e/ou recursos de um país como determinante para a competitividade, poderia auxiliar no entendimento acerca da competitividade dos destinos turísticos. Contudo, Porter (citado por RITCHIE; CROUCH, 1999) tem defendido uma nova teoria: a vantagem competitiva. Segundo o mesmo autor, esta teoria perpassa os limitados fatores de análise com base em vantagens comparativas, incorporando diferenciais inovadores na capacidade de aplicar ou fazer um bom uso destes fatores.

Para compreender a competitividade dos destinos turísticos, por conseguinte, é conveniente considerar tanto os elementos básicos da vantagem comparativa, bem como os mais avançados elementos que constituem a vantagem competitiva.

Assim, vantagem comparativa refere-se aos recursos herdados, àqueles que ocorrem naturalmente, ou criados existentes em um determinado destino. Porter (citado por RITCHIE; CROUCH, 1999) identifica cinco grandes categorias de recursos: os recursos humanos, recursos físicos, os recursos de conhecimento, os recursos de capital e de infraestrutura. No contexto da atividade turística, mostra-se adequado adicionar recursos históricos e culturais como um recurso suplementar. Assim como a categoria da superestrutura do turismo, fator que proporciona a expansão da infraestrutura.

Os recursos herdados que compõem um destino sofrem mudanças ao longo do tempo, alterando a vantagem comparativa de um destino. Portanto, decisões que permitam, por exemplo, a exploração exacerbada de uma reserva ecológica essencial para o desenvolvimento, tem conseqüências irreversíveis. Já os recursos criados, apesar de também sofrerem mudanças ao longo do tempo, são tipicamente mais renováveis do que os recursos herdados e/ou naturais. No entanto, alguns recursos criados, particularmente aqueles de importância histórica (como um artefato arqueológico) ou

significado cultural (como uma famosa peça de arte), não pode ser considerado renovável. Este é um exemplo de que a distinção entre os que os recursos naturais ou herdados e criados, se mostra irrelevante.

A gestão dos recursos, desta feita, se torna crítica, levando-se em conta a necessidade da manutenção da competitividade em longo prazo de um destino turístico. Por isso, são necessárias estratégias para a educação e formação de recursos humanos, a proteção e cuidado dos recursos naturais físicos, a expansão e a internalização dos recursos do conhecimento, o investimento e o crescimento dos recursos de capital, a construção e a devida efetividade da infraestrutura e superestrutura do turismo, bem como a preservação e fomento de recursos históricos e culturais.

The World Competitiveness Report citado (citado por RITCHIE; CROUCH, 1999), frisa a importância do papel dos recursos não renováveis na competitividade de uma nação. O relatório argumenta que, no âmbito da tradicional teoria da vantagem comparativa, os países se mostram em melhor situação de competitividade quando eles comercializam os produtos ou serviços que lhes dá maior vantagem, ou menos desvantagem, em relação aos seus possíveis parceiros comerciais. A vantagem comparativa, portanto, configura-se como a abundância de recursos naturais de um país, por exemplo, petróleo, considerando que a vantagem competitiva só poderá ser efetivamente viabilizada se um empresário tiver a capacidade de agregar valor aos recursos disponíveis, pela refinação do petróleo bruto.

Partindo desse pressuposto, presume-se que ao comercializar apenas a riqueza natural existente no território, um país não mantém a competitividade em longo prazo, tornando a transação um ponto negativo na balança nacional. Todavia, ao comercializar o valor agregado (e não os recursos), cria-se o excedente que permite a um país vislumbrar seu desenvolvimento econômico.

Sob este aspecto, é importante destacar que o turismo pode gerar impactos negativos aos recursos, implicando, portanto na redução do valor agregado à atividade, sabendo-se que a qualidade do recurso foi minimizada em função de tais impactos. Sobretudo, em países que buscam a prosperidade em curto prazo sem atentar para os custos físicos e sociais que virão em longo prazo, dirimindo quaisquer resquícios de crescimento que houvera conquistado. O valor adicionado em longo prazo é o que

realmente constitui a base para a prosperidade das nações. Tais impactos do turismo se mostram, por exemplo, através da poluição ambiental, da exploração acentuada das áreas cênicas, da fragmentação social, da propagação de doenças, da invasão dos *habitats* de vida selvagem, bem como da criação de guetos turísticos.

Dada a importância da discussão, faz-se importante retomar que as vantagens comparativas se constituem como sendo os recursos disponíveis para um destino. E por sua vez, as vantagens competitivas dizem respeito à capacidade de um destino em utilizar esses recursos de forma eficaz em longo prazo. Isto indica que um destino dotado de uma grande riqueza de recursos pode não ser tão competitivo como outro destino que se mostre escasso em recursos, mas que utiliza os recursos disponíveis de forma inovadora e estrategicamente eficaz. Convém observar, portanto, que o destino que se demonstre visionário em relação à atividade turística, compartilhando essa visão com as demais partes interessadas, levando em consideração seus pontos fortes, bem como as suas debilidades, que desenvolva uma estratégia inovadora, e consiga implementá-la com êxito, presume-se que este se tornará efetivamente competitivo, diferentemente daquele que não levar em conta o papel que o turismo tem desempenhado para o desenvolvimento, em todas as suas dimensões.

Partindo dessa premissa, é necessário frisar que os recursos do turismo são utilizados de forma realmente eficaz quando os atores envolvidos partilham uma visão comum em relação à estratégia para o desenvolvimento do turismo de um destino. Analisando, sobretudo, o estado em que se encontram os recursos com pretensões para uso turístico. Sendo assim, a comunicação abrangente que integre todas as partes interessadas contribui positivamente para a efetiva competitividade de um destino.

Fica patente, portanto, que a competitividade, neste novo contexto, posiciona-se como uma atitude, uma mudança de modelo mental, um novo enfoque operacional, uma nova maneira de assumir o desafio que objetiva fazer frente à propagação de destinos que revela o ambiente competitivo do turismo internacional.

Assim, torna-se evidente a premente necessidade de se atentar para a devida integração dos objetivos econômicos e sociais de um destino aos princípios da sustentabilidade. Posto que, na atualidade, o paradigma do consumo responsável, da manutenção da qualidade de vida e bem-estar tem se propagado, fazendo surgir um novo

turista, àquele que se preocupa com os princípios da sustentabilidade. Isso autoriza afirmar que a gestão sustentável dos recursos de uma nação resulta em ganhos não somente para a comunidade autóctone, mas também, permite o alcance da competitividade, possibilitando a inserção do destino no mercado globalizado.

Corroborando com este pensamento, Mazaro (2006, p.89), ao tratar acerca do modelo de competitividade de Ritchie e Crouch (amplamente referenciado neste artigo) afirma que ele se configura como

El que mejor representa el sistema turístico en el marco del desarrollo sostenible, las destinaciones que están orientadas en sus principios hacia el planeamiento y la gestión, **reconocen que la competitividad es ilusoria sin sostenibilidad.** Según la visión de los autores, que corresponde integralmente con la de estos análisis, los términos competitividad y sostenibilidad son hoy una tautología (grifo nosso).

Face ao exposto, fica demonstrado que o turismo sustentável pode se tornar um caminho através do qual inovar e, portanto, criar vantagem competitiva para as empresas e destinos capazes de transformar o conceito em novos modos de operação e de gestão (CHIESA, 2009).

Ecoturismo em áreas naturais protegidas: possibilitando a competitividade sustentável

A partir da percepção do nível dos desgastes ambientais, surgiu a necessidade de um projeto que contemple a dimensão também ambiental objetivando conceber novos e mais eficazes métodos de gerir os recursos do ambiente (RAMPAZZO, 2002).

Desse modo, necessita-se ter clareza que os conceitos e métodos usados pela atividade turística devem levar em conta as restrições que a dimensão ambiental impõe à sociedade, pois, embora bem vista pela iniciativa pública e privada, a atividade tem desencadeado uma série de impactos em virtude de sua massificação promovida pela sociedade do consumo (RAMPAZZO, 2002; FACO; NEIMAN, 2010).

Segundo Ferretti (2002), o termo ecoturismo vem sendo utilizado há mais tempo que se imagina. Apesar de ter ressurgido em virtude do advento das preocupações ambientalistas, sua origem remonta à criação das primeiras ANPs do século. Todavia, em função do crescimento do turismo massificado no século XX, por algum tempo o interesse por estas áreas foi relevado.

No final do século XX os riscos de um fluxo elevado de visitantes às áreas naturais tornaram-se grande preocupação. Por isso os conservacionistas têm atuado visando unir o turismo à preservação da natureza. É nesse contexto que surge o que se conhece por ecoturismo.

A origem do ecoturismo tem suas raízes numa filosofia de vida baseada na herança filosófica adotada por movimentos ambientalistas. A palavra turismo recebeu o prefixo eco- que etimologicamente vem do grego *oikos*, que significa lar ou habitat. “O meio ambiente que nós, os humanos, habitamos é, em sua máxima essência, o nosso lar, a nossa morada, o nosso sustento” (WEARING; NEIL, 2001, p. xvii).

As origens históricas do ecoturismo, que remontam ao final da década de 1960 e inícios dos anos de 1970, estão diretamente ligadas no caldo cultural que agitava o mundo com questões ecológicas, pacifistas, feministas, dos negros no movimento *Black Power*, o movimento *Hippie*, o *Flower Power*, entre outros. Movimentos de minorias que de modo geral podem ser considerados ambientalistas, com princípios questionadores da visão economicista que é inerente à sociedade de consumo.

Assim, concomitantemente ao crescimento do turismo e sua massificação, surgiu uma maior consciência ecológica e com isso, a busca por ambientes mais limpos, belos, verdes, longe da urbanidade. Nesta perspectiva, a paisagem natural com suas belezas tem se tornado objeto de consumo pela sociedade urbana, num movimento turístico que dinamiza o uso de áreas naturais, tendo em vista que estas proporcionam uma visão diferenciada da habitual rotina dos grandes centros. O contato do homem com a natureza em todos seus aspectos tornou-se uma atividade turística relevante nos últimos anos e tem se mostrado proeminente.

Em busca de lazer e relaxamento, as pessoas têm procurado lugares tranquilos, com qualidades cênicas e autenticidade, almejando bem-estar e um reencontro com a ligação ancestral entre o homem e a natureza. Desse modo, a busca por ambientes mais saudáveis e que ofereçam belas paisagens tem se mostrado intensa, sendo o turismo praticado na natureza um dos segmentos mais significativos dos últimos anos no mundo todo, principalmente aqueles ligados ao ecoturismo (QUEIROZ, 2009).

Neste contexto, o ecoturismo objetiva suprir a lacuna do homem atual por experiências no meio natural, pois a atividade turística na natureza pode ter como finalidade despertar a mente do homem/turista para o sublime, possibilitando a reflexão e o entendimento do ser humano sobre si mesmo e seu papel dentro da totalidade da natureza. Tal conhecimento pode contribuir, de alguma maneira, para a preservação ambiental, em uma contemporaneidade permeada de relações efêmeras e fugazes, que em alguns casos evidenciam o olhar de insignificância com o qual é vista a natureza. Assim, “em função da metropolização das zonas urbanas, com a construção cada vez maior de prédios, rodovias e indústrias, as pessoas necessitam, cada vez mais, de ‘espaços naturais’ ou ‘espaços verdes’, para um restabelecimento tanto emocional quanto físico” (CÂNDIDO, 2003, p.9).

O ecoturismo é, segundo as “Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo”,

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p.19).

Imbuído desta conceituação o ecoturismo foi originariamente concebido como uma forma de turismo de baixo impacto sobre os locais e comunidades nas quais se desenvolve como “alternativa” ao turismo convencional de massa, preconizado pela sociedade moderna globalizada. Ele participa do turismo alternativo, tentando minimizar o impacto ambiental e sociocultural negativo dos turistas, na “perspectiva de formar um sujeito ecológico (...) Um sujeito da ‘ruptura’ com a sociedade do consumo” (ÂNGELO FURLAN, 2003, p.49).

Para a prática do ecoturismo, três características se mostram fundantes: garantia de conservação ambiental; educação ambiental e benefícios às comunidades receptoras (FACO; NEIMAN, 2010). Quanto a esta primeira característica vale salientar sua intrínseca relação com a criação das Unidades de Conservação. De acordo a *International Union for the Conservation of the Nature* (IUCN), a criação de UCs é a medida que melhor exemplifica, na atualidade, a tentativa de preservar os recursos naturais e a vida dos diversos ecossistemas. A criação destas áreas protegidas tem como proposta a proteção dos espaços territoriais, as águas jurisdicionais e os recursos naturais com características relevantes, visando sua conservação (BRASIL, 2000).

Segundo Irving (2002), a utilização de áreas naturais protegidas, como as UCs, através do ecoturismo, evidencia tendências globais, como o crescimento da consciência ambiental e o processo de reencontro do homem com sua própria essência. As áreas naturais protegidas representam, na atualidade, o instrumento mais amplamente utilizado com a finalidade de conservar os ecossistemas naturais e/ou patrimônio cultural em diversos destinos.

O turismo gerado pela oportunidade de visitação a essas áreas pode representar uma importante alternativa de geração de renda para as comunidades locais próximas e trazer diversos benefícios econ micos para a própria área protegida é claro que, desde que seja bem gestado sob a égide da sustentabilidade e precedido de um processo de educação ambiental e segundo uma perspectiva ampla de desenvolvimento regional (CEBALLOS-LASCURAIN, 1995).

Neste sentido, os turistas estão visitando cada vez mais parques e reservas ao redor do mundo, como anteriormente não ocorria (BOO, 1992 citado por LIMA, 2003). A beleza c nica natural em conjunto com os elementos culturais existentes nas áreas naturais protegidas, atualmente, representa p los de atração e consumo para os visitantes de todo o mundo, inclusive os habitantes da região receptora (LIMA, 2003).

De modo similar, Ritchie e Crouch (citado por MAZARO, 2006, p.86), afirmam que:

En el contexto de las nuevas exigencias del turista por vivir una experiencia espectacular en su viaje, es apropiado considerar a la vez los factores básicos que constituyen las ventajas comparativas y los factores de ventajas competitivas que enfatizan las diferencias espaciales y de significado entre los destinos y que sólo es posible alcanzar por medio de la habilidad en aplicar o hacer efectivo el uso de estos recursos.

Nesse contexto, as áreas naturais protegidas -- que em virtude de suas características representam o atrativo principal do ecoturismo -- t m se evidenciado como um dos mecanismos de preservação e conservação adotados no mundo (CABRAL; ALENCAR, 2005). Sob esta  tica, o turismo tem sido cada vez mais desenvolvido visando propiciar um fundamento econômico lógico para a preservação de áreas naturais, se transformando também em alternativa para gestão de áreas protegidas, por ser um meio adequado de viabilizar resultados práticos no esforço de oferecer proteção contínua para essas áreas.

Pensando assim, pode-se afirmar que

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 1997, p.18).

Como consequência da valoração das áreas naturais para/pelo turismo fica demonstrada a relevância deste novo segmento para o mercado competitivo do turismo. Todavia, em face da dinâmica econômica e consumista atual, torna-se premente a aplicação do conceito da sustentabilidade no estudo e uso destas áreas, evitando assim a transformação do conceito de ecoturismo permitindo o afastamento de seus principais pressupostos ao se relacionar com o desenvolvimento da ciência e a destruição da natureza pela sociedade do consumo.

Evidenciando todas essas preocupações com o ambiente, em 1995, a Organização Mundial do Turismo (OMT) conceituou o turismo sustentável como:

Aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente frágeis (OMT, 1999 citado por QUEIROZ, 2009, p.52).

Sob esta perspectiva a proposta para a prática do ecoturismo se configura como promotora do desenvolvimento sustentável das áreas naturais (COSTA, 2002, citado por DIAS, 2003, p.132), devido ao seu papel na diversificação da economia local; no incentivo ao melhoramento da infra-estrutura de transportes e comunicação locais; na concepção de acomodações de lazer capazes de servir tanto aos visitantes quanto a população local; e no estabelecimento de um gerenciamento adequado à autogestão e manutenção das áreas naturais.

Dessa maneira, é em consideração a todos esses aspectos, que se defende o ecoturismo como atividade capaz de promover a sustentabilidade dos destinos. Sobretudo, ao atentar para os benefícios locais que a prática ecoturística produz, aperfeiçoando assim, as estratégias de gestão voltadas para a conservação de áreas protegidas, viabilizando a agregação de valor ao recurso natural, ampliando a competitividade perante o mercado internacional (WEARING; NEIL, 2001).

Dada a importância da temática, mostra-se relevante sublinhar que a questão ambiental tem se tornado um problema real com eventos que alteram o cotidiano de todo

ser humano, evidenciado através da ocorrência de intempéries climáticas, atingindo a todos, sem distinção. A problemática ambiental, que anteriormente configurava-se como tema restrito aos grupos ligados à questão, tem se transformado em tema público. Com efeito, o apelo ecológico vem sendo utilizado, hoje, como aspecto de competitividade entre empresas e destinos. O ecoturismo, dessa forma, atende às exigências ambientais e às tendências de mercado, tornando-se uma atividade econômica viável em áreas naturais protegidas.

Nesse contexto, mostra-se pertinente afirmar que o turismo em áreas naturais protegidas, mesmo com planejamento, pode ser um agente degradador, portanto, deve ser continuamente mensurado, controlado e avaliado, detectando-se qualquer modificação indesejada, acionando-se intervenções que possam levar à correção do percurso. Enfim, se o processo for bem conduzido, os atores envolvidos forem sempre consultados e respeitados dentro de um projeto de gestão articulado entre as esferas pública e privada, com melhor distribuição dos benefícios da atividade, o êxito pode ser alcançado dentro de uma perspectiva sustentável, legitimando-se, assim, como fator de competitividade que proporciona o desenvolvimento local.

CONCLUSÃO

Mostra-se premente, que a realidade da moderna competição se impregne no modo de pensar e agir dos planejadores do turismo sobre o relacionamento entre competitividade e meio ambiente. Tradicionalmente, os países se mostravam competitivos se seus destinos tivessem acesso a demandas pouco exigentes e de baixo custo. Nos segmentos dependentes de recursos naturais, por exemplo, destinos competitivos eram aqueles com demandas locais abundantes, e, portanto, massivas. Como esta demanda evoluía com lentidão, a vantagem comparativa *standart* dos recursos era suficiente para o sucesso (PORTER; VAN DER LINDE, 1995).

Atualmente, a globalização tornou obsoleto o conceito de vantagem comparativa. Não é mais suficiente apenas dispor dos recursos. Assim, a competitividade depende de sua utilização eficiente. Cada vez mais, destinos que apresentam maior competitividade não são aqueles com maior abundância de recursos, mas os que empregam planejamento e as estratégias mais avançadas na sua utilização. Como a demanda

turística se encontra em constante processo de mudança, o novo paradigma da competitividade global exige capacidade de inovar com rapidez.

Segundo os autores Porter e Van der Linde (1995, p.395), “o novo paradigma entrelaçou a melhoria ambiental e a competitividade”. O paradigma da competitividade sustentável exige que os destinos sejam inovadores para ampliar os resultados esperados a partir da prática do ecoturismo. A resistência às inovações preservacionistas não poderá ocasionar apenas danos ambientais, mas também a perda da competitividade global. Assim, àqueles destinos que se prenderem às práticas turísticas massivas e exploradoras de recursos, negligenciando as premências ambientais, por estas se mostrarem lentamente rentáveis e “dispendiosas” quanto ao atendimento necessidades dos autóctones, permanecerão não competitivos e destinados à degradação dos recursos dos quais dependem.

Com efeito, na atualidade, o modo como os destinos respondem às premissas ambientais tem se configurado como fator determinante da sua competitividade. O atendimento ao paradigma da sustentabilidade de forma parcial, isto é, atendendo apenas a uma de seus pilares, não induz à inovação e à competitividade. Apenas àqueles que inovarem em sua totalidade, inovando em seu planejamento de forma estratégica e, sobretudo, sustentável.

Mostra-se compreensível, a existência ainda do pensamento dicotomizado a respeito de sustentabilidade e competitividade, levando-se em conta que a visão economicista prevalece nas políticas públicas da atividade turística e das que com ela interage. Contudo, a partir da reflexão e absorção do paradigma da competitividade sustentável espera-se que os ambientalistas, gestores públicos e privados envolvidos com a atividade rejeitem as velhas opções depredatórias e se desenvolvam embasados na lógica econômica sustentável, que conecta o meio ambiente, o uso eficaz dos recursos, a inovação e a competitividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNGELO FURLAN, S.. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B.. **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. pp.47-58.

- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- BRASIL. MMA (Ministério do Meio Ambiente). SNUC: **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**– SNUC: lei n.9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n.4.340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA, 2000.
- BRITO, M. C. W.. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume/FAPESPE, 2000.
- CABRAL, N. R.; ALENCAR, J.. **Área de proteção ambiental**: planejamento e gestão de paisagens protegidas. 2 ed. São Carlos, RiMa, 2005.
- CÂNDIDO, L. A.. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H.. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDNBERG, K; HAWKINS. D. E.. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. pp.23-30.
- CHIESA, T.. Navigating yet another perfect storm: the promise of sustainable travel e tourism. In: **The travel e tourism competitiveness report 2009**: managing in a time of turbulence. Geneva: Switzerland: World Economic Forum, 2009. pp.97-105.
- DIAS, R.. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FACO, R. A.; NEIMAN, Z.. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A.. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010.
- FERRETTI, E. R.. **Turismo e meio ambiente**. São Paulo: Roca, 2002.
- FENNEL, D. A.. **Ecoturismo**. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto)
- GONÇALVES, L. C.. **Gestão ambiental**. São Paulo: Aleph, 2004.
- GUIMARÃES, R. P.. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELOSO, J. R. R.. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992. pp.19-52.
- IRVING, M. A.. Refletindo sobre o Ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, M. A.. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. pp.47-67.
- LIMA, M. L. C (Eco) turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, A. B.. **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. pp.71-87.
- LINDNBERG, K; HAWKINS. D. E.. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995.
- MAZARO, R. M.. **Competitividad de Destinos Turísticos y Sostenibilidad Estratégica**: proposición de un modelo de evaluación de factores y condiciones Determinantes, 2006. Tesis (Doctorado en Investigación y Tecnicas de Mercado) – Universitat de Barcelona, Barcelona.
- MENDONÇA JR, E. P.. **Marketing e competitividade no turismo da Bahia**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2004.
- PORTER, M. E.; VAN DER LINDE, C.. Verde e competitivo: acabando com o impasse. In: PORTER, M. E.. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro, Campus, 1995, p.371-397.
- QUEIROZ, O. T. M. M.. Turismo paisagístico. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R.. **Segmentação do mundo turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, 2009.
- RAMPAZZO, S. E.. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER. D.. **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? 4 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- RITCHIE, J. R. B.; CROUCH, G.I.. Tourism, competitiveness, and societal prosperity. **Journal of Business Research**. n.44, pp.137-152, 1999.

RUSCHMANN, D. V. M.. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

SACHS, I.. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHMIDHEINY, S.. **Mudando o rumo**: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

SHRIVASTAVA, P.; STUART, H.. **Por uma gestão ambiental total**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WEARING, S.; NEIL, J.. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2001.